

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 15 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.269	74.741	Fornecedores	11	52.709	72.148
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	149.521	127.293	Encargos de dívidas	12	347	410
Tributos a compensar	6	76.469	54.719	Empréstimos e financiamentos	12	34.126	33.890
Estoques	7	53.774	37.027	Impostos, taxas e contribuições	13	32.648	20.899
Outros créditos	8	29.051	25.442	Obrigações estimadas com pessoal		861	1.072
				Outras contas a pagar	15	31.477	28.927
Total do ativo circulante		<u>327.084</u>	<u>319.222</u>	Total do passivo circulante		<u>152.168</u>	<u>157.346</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	15	217	211	Fornecedores	11	-	15.215
Outros créditos	8	15.278	11.455	Empréstimos e financiamentos	12	151.964	186.372
Imobilizado	9	472.309	503.237	Débitos fiscais diferidos	16	70.472	39.074
Intangível	10	14.812	16.625	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	2.488	2.090
				Outras contas a pagar	15	8	13
Total do ativo não circulante		<u>502.616</u>	<u>531.528</u>	Total do passivo não circulante		<u>224.932</u>	<u>242.764</u>
				Total do passivo		<u>377.100</u>	<u>400.110</u>
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		221.413	221.413
				Reservas de lucros		231.187	229.227
				Total do patrimônio líquido		<u>452.600</u>	<u>450.640</u>
Total dos ativos		<u><u>829.700</u></u>	<u><u>850.750</u></u>	Total dos passivos e patrimônio líquido		<u><u>829.700</u></u>	<u><u>850.750</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	18	<u>840.005</u>	<u>789.402</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	19	(87.680)	(96.725)
Custo de operação	20	<u>(494.898)</u>	<u>(458.475)</u>
Lucro bruto		<u>257.427</u>	<u>234.202</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(100)	(761)
Despesas gerais e administrativas	20	(11.980)	(9.162)
Outras (despesas) receitas operacionais	20	<u>(1.970)</u>	<u>11.131</u>
Lucro operacional		<u>243.377</u>	<u>235.410</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	21	14.640	8.137
Despesas financeiras	21	<u>(21.795)</u>	<u>(26.197)</u>
Resultado financeiro		<u>(7.155)</u>	<u>(18.060)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>236.222</u>	<u>217.350</u>
Contribuição social	16	(19.237)	(18.611)
Imposto de renda	16	<u>(19.503)</u>	<u>(21.280)</u>
Contribuição social e imposto de renda		<u>(38.740)</u>	<u>(39.891)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>197.482</u>	<u>177.459</u>
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$ 1,00		<u>0,70</u>	<u>0,63</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>197.482</u>	<u>177.459</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>197.482</u></u>	<u><u>177.459</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendo por ação)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros para investimento	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 1º de janeiro de 2017		221.413	10.497	43.961	40.310	71.402	-	387.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	177.459	177.459
<i>Destinação do lucro:</i>								
Constituição de reserva legal	17	-	8.872	-	-	-	(8.872)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17	-	-	33.698	-	-	(33.698)	-
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	17	-	-	-	-	(71.402)	-	(71.402)
Dividendo proposto (R\$ 0,046 por ação) e pago	17	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Dividendo adicional proposto (R\$ 0,106 por ação) e pago	17	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Reversão da reserva e destinação para proposta de dividendos adicionais	17	-	-	-	(40.310)	40.310	-	-
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais	17	-	-	-	-	91.889	(91.889)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>221.413</u>	<u>19.369</u>	<u>77.659</u>	<u>-</u>	<u>132.199</u>	<u>-</u>	<u>450.640</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	197.482	197.482
<i>Destinação do lucro:</i>								
Constituição de reserva legal	17	-	9.874	-	-	-	(9.874)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17	-	-	36.019	-	-	(36.019)	-
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	17	-	-	-	-	(132.199)	-	(132.199)
Dividendo proposto (R\$ 0,173 por ação) e pago	17	-	-	-	-	-	(49.000)	(49.000)
Dividendo proposto (R\$ 0,106 por ação) e pago	17	-	-	-	-	-	(14.323)	(14.323)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais	17	-	-	-	-	88.266	(88.266)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>221.413</u>	<u>29.243</u>	<u>113.678</u>	<u>-</u>	<u>88.266</u>	<u>-</u>	<u>452.600</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro antes dos tributos	<u>236.222</u>	<u>217.350</u>
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	34.526	35.640
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	757	194
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	848	749
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	17.483	20.938
Perda na baixa de ativo não circulante	<u>4.916</u>	<u>389</u>
Resultado ajustado	<u>294.752</u>	<u>275.260</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(23.076)	(17.055)
Tributos a compensar	(2.857)	(36.776)
Depósitos judiciais	(6)	(4)
Estoques	(16.747)	(4.157)
Outros créditos	(12.988)	(11.402)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(34.654)	(1.984)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas	(359)	(8)
Outros tributos e contribuições sociais	1.608	7.839
Outros passivos operacionais	<u>2.334</u>	<u>4.252</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	208.007	215.965
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.094)	(9.773)
Encargos de dívidas pagos	<u>(16.454)</u>	<u>(19.190)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>175.459</u>	<u>187.002</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(6.701)	(14.362)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	<u>5.556</u>	<u>4.804</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	<u>(1.145)</u>	<u>(9.558)</u>
Atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(35.264)	(35.119)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(195.522)	(114.402)
Operações de mútuo com a controladora	<u>-</u>	<u>(38.891)</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos	<u>(230.786)</u>	<u>(188.412)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(56.472)</u>	<u>(10.968)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>74.741</u>	<u>85.709</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>18.269</u>	<u>74.741</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
1 - Receita	951.197	901.934
1.1 Receita de venda de energia e serviços	935.531	879.536
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	15.721	23.146
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55)	(748)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(576.254)	(539.794)
2.1 Custo com energia elétrica	(96.617)	(106.584)
2.2 Material	(438.067)	(407.862)
2.3 Serviços de terceiros	(29.020)	(15.174)
2.4 Outros	(12.550)	(10.174)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	374.943	362.140
4 - Retenções	(34.525)	(35.641)
4.1 Depreciação e amortização	(34.525)	(35.641)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	340.418	326.499
6 - Valor adicionado recebido em transferência	15.350	8.534
6.1 Receitas financeiras	15.350	8.534
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	355.768	335.033
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	15.780	15.604
8.1.1 Remuneração direta	10.475	10.613
8.1.2 Benefícios	4.371	4.108
8.1.3 FGTS	934	883
8.2 Impostos, taxas e contribuições	120.757	115.791
8.2.1 Federais	120.683	115.729
8.2.2 Estaduais	-	-
8.2.3 Municipais	74	62
8.3 Remuneração de capital de terceiros	21.749	26.179
8.3.1 Juros	21.662	26.076
8.3.2 Aluguéis	87	103
8.4 Remuneração de capital próprio	197.482	177.459
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	151.589	-
8.4.2 Lucros retidos	45.893	177.459
	355.768	335.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA” ou “Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, que em conjunto são denominadas (“UTE”), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTE receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termonordeste, respectivamente, não está prevista a renovação ou prorrogação da autorização, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

As UTE Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada.

Assim, há dois tipos de receita nas UTE:

- **Receita fixa:** que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- **Receita variável:** refere-se à receita da energia gerada pelas UTE e valorada ao CVU: que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTE, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

A sede administrativa da Sociedade está localizada na Rua Projetada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente, considerando:

- **Imobilizado** - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis, conforme nota explicativa nº 10.
- **Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis** - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Instrumentos financeiros** - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas na nota explicativa 16 - Débitos fiscais diferidos, devido à premissa de disponibilidade de lucro tributável futuro para a utilização dos créditos fiscais.

2.5 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sociedade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Sociedade.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Sociedade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Sociedade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Sociedade mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Sociedade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional, requerido como parte das demonstrações financeiras de companhias abertas.

3 Principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Sociedade aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas:

3.1 Reconhecimento de receita

O Grupo adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas.

A receita proveniente da venda da energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. Em conformidade com os novos requisitos do CPC 47, a Sociedade somente reconhece a receita quando o controle dos riscos e benefícios são efetivamente transferidos ao cliente.

Nos contratos com clientes a Sociedade não identificou obrigações de execução distintas relevantes e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras.

3.2 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Sociedade por despesas incorridas são reconhecidas no resultado por natureza em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatórios financeiros e os valores utilizados para fins fiscais.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Sociedade e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data de relato e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

3.5 Lucro de exploração

Em 2015, a Sociedade passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Sociedades localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Sociedade. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 17 - Patrimônio Líquido.

3.6 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

3.7 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 10. As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas a medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Sociedade não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

3.9 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*.

3.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O CPC 47 / IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

A Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.12 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Sociedade é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade após a data de deliberação do Conselho de Administração.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.14 Novas normas e interpretações adotadas

a. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 passou a ser aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 48 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Sociedade registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Sociedade concluiu que, após as devidas análises, não houve impacto relevante no resultado em função de uma redução da rubrica de “consumidores, concessionárias e permissionários”.

Por fim, no que tange as mudanças do risco de crédito, os efeitos acumulados da adoção inicial estão dentro dos parâmetros já previstos na política adotada pela Sociedade, totalizando uma perda de R\$ 848 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 794 em 2017).

b. CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A Sociedade revisou po critério de reconhecimeto da receita e não identificou qualquer impacto.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) será aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Como a Sociedade não opera com arrendamentos nem contrato que possam ter arrendamentos embutidos, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras em função das alterações da norma sobre este tópico.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	10.797	801
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	18	793
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>7.454</u>	<u>73.147</u>
Total	<u>18.269</u>	<u>74.741</u>

Aplicações financeiras de curtíssimo prazo são remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de aproximadamente 69% do CDI. As aplicações, tanto de curtíssimo quanto de curto prazo, possuem liquidez imediata.

Aplicações financeiras de curto prazo - São remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas e remuneração de aproximadamente 100% do CDI. A redução do saldo das aplicações financeiras de curto prazo se deve, dentre outros fatores, aos resgates para pagamento de dividendos durante o exercício de 2018.

5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Operações realizadas na CCEE (a)	86.259	23.794
Concessionárias e permissionárias (b)	<u>64.110</u>	<u>104.293</u>
	150.369	128.087
Perda esperada de liquidação duvidosa	<u>(848)</u>	<u>(794)</u>
Total	<u>149.521</u>	<u>127.293</u>

- (a) Operações realizadas na CCEE - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações:
- Compras de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão;
 - Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão;
 - Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018.
- (b) Concessionárias e permissionárias - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a concessionárias e permissionárias, transações efetuadas, principalmente com Sociedades fora do Grupo CPFL Energia.
- (c) A perda esperada considera estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3.10.

6 Tributos a compensar

	31/12/2018	31/12/2017
Programa de integração social - PIS (a)	4.076	3.134
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (a)	15.686	14.260
Antecipações de imposto de renda - IRPJ (b)	8.532	1.879
Antecipações de imposto de renda - CSLL (b)	21.300	11.172
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (c)	16.315	15.826
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.560	4.313
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.000	4.135
 Total	 76.469	 54.719

- (a) PIS/COFINS a compensar - Estão relacionados à reversão dos estornos de créditos das contribuições sociais do PIS/Pasep e da COFINS decorrentes de processos de ressarcimento de ICMS-ST formalizados junto ao Fisco do Estado da Paraíba. A expectativa da Administração é de que sejam integralmente realizados ao longo do exercício de 2019, considerando que parte dos créditos levantados foram realizados ainda no exercício de 2018.
- (b) IRPJ/CSLL a compensar - Os valores são referentes a pagamentos de IR e CSLL efetuados a maior, ou retidos da Sociedade em exercícios anteriores que foram utilizados para compensação de outros impostos através de PER/DCOMP, mas que serão homologadas em 2019.
- (c) Créditos de ICMS - Aquisição de combustível - Refere-se ao crédito de ICMS oriundo da diferença de alíquotas na saída do Combustível da Petrobras, o qual é substituto tributário e emite nota fiscal com alíquota interna integral de 18% (dezoito por cento), sem observar o Regime Especial de Tributação do imposto na entrada da mercadoria no Estado da Paraíba. A Sociedade vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são negociados com terceiros, sem cobrança de deságio.

7 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Insumos para produção de energia	24.065	18.293
Peças e materiais de manutenção	23.549	18.054
Outros	6.160	680
 Total	 53.774	 37.027

Os estoques da Sociedade são, em sua maioria, peças utilizadas para a manutenção periódica de suas máquinas e seus equipamentos. A variação aumentativa nos estoques ocorre devido a aquisição de materiais, em sua maioria importados, para realização de manutenção preventiva denominada de Overhaul.

A administração não identificou fatores de impairment sobre os estoques.

8 Outros créditos

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos - fornecedores	8.683	4.471	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	3.251	15.278	11.455
Ordens em curso	19.498	16.683	-	-
Despesas antecipadas	391	186	-	-
Outros	479	851	-	-
Total	29.051	25.442	15.278	11.455

- **Adiantamentos a fornecedores** - Compreendem valores adiantados a fornecedores para a compra de combustível e para a compra de materiais para manutenção da usina.
- **Cauções, fundos e depósitos vinculados** - São garantias oferecidas para pagamento de empréstimos junto ao BNDES com remuneração equivalente na média de 92% do CDI.
- **Ordens em curso** - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 16).

9 Imobilizado

	Edificações obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2016	26.127	474.813	168	1.623	19.912	522.643
Custo histórico	32.318	641.472	239	2.477	19.912	696.418
Depreciação acumulada	(6.191)	(166.659)	(71)	(854)	-	(173.775)
Adições	-	8.677	-	-	5.685	14.362
Baixas	-	(89)	(239)	(12)	(100)	(440)
Transferências	1.746	7.801	290	(1.713)	(8.124)	-
Depreciação	(1.095)	(32.235)	(31)	(82)	-	(33.443)
Reclassificação	-	(709)	-	709	-	-
Baixa da depreciação	-	23	88	4	-	115
Saldo em 31/12/2017	26.778	458.281	276	530	17.372	503.237
Custo histórico	34.064	657.861	290	752	17.373	710.340
Depreciação acumulada	(7.286)	(199.580)	(14)	(223)	-	(207.103)
Adições	-	-	-	-	4.768	4.768
Baixas	(2.756)	(14.894)	-	(165)	-	(17.815)
Transferências	3.130	10.636	-	-	(13.766)	-
Depreciação	(1.194)	(29.508)	(42)	(37)	-	(30.780)
Baixa da depreciação	-	12.899	-	-	-	12.899
Saldo em 31/12/2018	25.958	437.414	235	328	8.373	472.309
Custo histórico	34.438	653.603	290	588	8.373	697.292
Depreciação acumulada	(8.480)	(216.189)	(55)	(260)	-	(224.983)
Taxa média de depreciação	4,64%	4,72%	14,29%	6,00%		

Para todos os períodos apresentados, a Sociedade avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

10 Intangível

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo em 31/12/2017	<u>16.625</u>
Custo histórico	31.413
Amortização acumulada	(14.788)
Adições	1.933
Amortização	(3.746)
Saldo em 31/12/2018	<u>14.812</u>
Custo histórico	33.346
Amortização acumulada	(18.534)

Neste saldo inclui o montante de R\$ 13.140 (R\$ 15.297 em 31 de dezembro de 2017), referente ao projeto de desenvolvimento do empreendimento, que está sendo amortizado em 153 meses de forma linear desde dezembro de 2012.

Para todos os períodos apresentados, a Sociedade avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

11 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	1.678	5.269
Encargos de uso da rede elétrica	1.003	976
Materiais e serviços	50.028	65.903
Total	52.709	72.148
Não circulante		
Materiais e serviços	-	15.215
Total	52.709	87.363

- **Materiais e serviços** - Contempla o saldo a pagar para a Petrobras de R\$ 18.818 (R\$ 15.812 em 31 de dezembro de 2017), relativo à aquisição de óleo combustível para produção de energia.
- **Acordo entre a Sociedade e a Petrobras Distribuidora S.A.** - Em abril de 2010, a Sociedade e a Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora ou BR) celebraram um Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil (CPCVM), com o objetivo de suprir a demanda de combustível necessária à operação do empreendimento termelétrico.

Em dezembro de 2012, o ONS despachou a Sociedade a plena carga, atendendo ao critério “Segurança Energética”, gerando um aumento elevado de consumo de óleo combustível. Neste momento, a Sociedade identificou que havia um descasamento entre o preço divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para composição do preço de venda de energia e o valor pago pela Sociedade à BR Distribuidora. Tal descasamento decorreu do fato de a BR Distribuidora aplicar de forma divergente a fórmula prevista na cláusula de preço do combustível e equivalente a 12,24% do preço do óleo combustível em relação ao cálculo do preço de venda de energia.

Em maio de 2015, após diversas tratativas, foram elaborados três instrumentos contratuais para formalizar os termos acordados entre a Sociedade e a BR Distribuidora, conforme segue:

- (i) **Transação Extrajudicial** - para resolver a questão referente ao preço do combustível entre o início do fornecimento e abril de 2015, a BR Distribuidora concedeu créditos que foram reconhecidos como redução na conta de fornecedores e de custo de operação no resultado na rubrica “Material”, sendo registrado em 2015 no montante de R\$ 65.142.
- (ii) **Confissão de Dívida com Parcelamento** - a Sociedade reconheceu em 2015 o débito decorrente de glosas efetuadas, relativas ao fornecimento de combustível no valor de R\$ 82.512 que será quitado em 57 (cinquenta e sete) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.448. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo relacionado a essa dívida, líquido das amortizações já ocorridas, é de R\$ 18.214.

- (iii) **Termo Aditivo ao CPCVM** - (a) a redução em 12,24% do preço do combustível pelo prazo de um ano a partir de junho de 2015; (b) o compromisso pela BR Distribuidora em manter a redução de 12,24%, caso seja dada a continuidade da redução do custo de aquisição junto à Petrobras; (c) que após o término da redução de 12,24%, o preço do combustível vigorará com a redução em 6,5% até o final do CPCVM; e (d) a concessão pela BR Distribuidora de um desconto adicional de R\$ 88,70 (unidades de reais) por tonelada, no preço final do combustível até dezembro de 2019.

12 Encargos de dívidas, empréstimos e financiamentos

	31/12/2018				31/12/2017			
	Principal			Total	Principal			Total
	Encargos - circulante e não circulante	Circulante	Não circulante		Encargos - circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
BNDES / BNB - Investimento	347	34.126	151.964	186.437	410	33.890	186.372	220.672
Total ao custo	347	34.126	151.964	186.437	410	33.890	186.372	220.672

Mensuradas ao custo	31/12/2018	31/12/2017	Remuneração	Condições de amortização	Garantias
Moeda Nacional					
EPASA - BNB	95.350	114.420	Pré fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia, recebíveis, penhor de direitos emergentes e fundo de liquidez em conta reserva
EPASA - FINEM	91.087	106.252	TJLP + 1,82%	152 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo	186.437	220.672			

Não circulante

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento

2020	34.532
2021	34.532
2022	34.532
2023 a 2027	48.368
Total	151.964

Condições restritivas

Para o empréstimo junto ao BNDES - modalidade FINEM - há uma cláusula restritiva quanto à manutenção, pela Sociedade, do índice de cobertura do serviço da dívida em 1,1 vezes e do índice de capital próprio (patrimônio líquido dividido pelo ativo imobilizado) de, no mínimo, 25,3%, apurado anualmente.

Adicionalmente, é requerida anualmente da Garantidora CPFL Energia S.A. ou CPFL Energia, investidora indireta da Sociedade, a manutenção dos seguintes índices financeiros:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75.
- Endividamento total dividido pelo Ativo Total, menor ou igual a 65%.

A definição de EBITDA, da CPFL Energia para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração, principalmente, a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela CPFL Energia naquelas Sociedades (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

Abaixo a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	254.447
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	20.534
Amortizações	(35.119)
Pagamento de juros	<u>(19.190)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>220.672</u>
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	17.483
Amortizações	(35.264)
Pagamento de juros	<u>(16.454)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>186.437</u>

13 Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	68	96
Programa de integração social - PIS	926	1.100
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.944	5.134
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	<u>24.710</u>	<u>14.569</u>
Total	<u>32.648</u>	<u>20.899</u>

14 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais

	2018		2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	978	143	1.337	124
Cíveis	760	-	3	-
Fiscais	750	-	750	-
Outros	-	74	-	87
	<u>2.488</u>	<u>217</u>	<u>2.090</u>	<u>211</u>
Total	<u>2.488</u>	<u>217</u>	<u>2.090</u>	<u>211</u>

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	1.338	-	(359)	979
Cíveis	2	757	-	759
Fiscais	<u>750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>750</u>
Total ao custo	<u>2.090</u>	<u>757</u>	<u>(359)</u>	<u>2.488</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade.

- **Perdas possíveis** - A Sociedade tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre estas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis da Sociedade estão assim representadas: i) trabalhistas R\$ 126 (R\$ 723 em 31 de dezembro de 2017), ii) cíveis R\$ 1.666 (R\$ 3.564 em 31 de dezembro de 2017) e iii) fiscais R\$ 2.424 (R\$ 2.328 em 31 de dezembro de 2017).

15 Outras contas a pagar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	449	120	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.770	24.604	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	598	582	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	299	291	-	-
Adiantamentos	9	9	8	13
Folha de pagamento	34	1.921	-	-
Participação nos lucros	1.015	1.175	-	-
Outros	303	225	-	-
Total	31.477	28.927	8	13

- Consumidores e concessionárias - Refere-se, basicamente, à obrigação de ressarcimento às distribuidoras por conta da insuficiência na geração de energia elétrica.
- Programas de pesquisa e desenvolvimento - A Sociedade reconheceu passivos relacionados a valores já faturados (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

16 Débitos fiscais diferidos

16.1 Composição dos débitos fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito (débito) de contribuição social		
Bases negativas	(5.559)	(7.658)
Diferenças temporariamente indedutíveis	24.177	17.984
Subtotal	18.618	10.326
Crédito (débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	(15.517)	(20.950)
Diferenças temporariamente indedutíveis	67.371	49.698
Subtotal	51.854	28.748
Total	70.472	39.074

16.2 Reconciliação dos montantes da contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017

	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	236.222	236.222	217.350	217.350
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(155.166)	-	(138.623)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.727	2.726	4.194	2.518
Base de cálculo	239.949	83.781	221.544	81.245
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(21.595)	(20.945)	(19.939)	(20.311)
Outros	2.358	1.442	1.328	(969)
Total	<u>(19.237)</u>	<u>(19.503)</u>	<u>(18.611)</u>	<u>(21.280)</u>
Corrente	(10.946)	3.603	(10.950)	-
Diferido	<u>(8.291)</u>	<u>(23.106)</u>	<u>(7.661)</u>	<u>(21.280)</u>
	<u>(19.237)</u>	<u>(19.503)</u>	<u>(18.611)</u>	<u>(21.280)</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$ 221.413, correspondente a 282.961.745 ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	150.941.659	53,343
EBrasil Gás e Energia S/A	117.892.408	41,664
Aruaná Energia S/A	6.960.800	2,460
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	7.166.878	2,533
Total	<u>282.961.745</u>	<u>100,000</u>

b. Destinação do lucro líquido do exercício

Ao final de cada exercício social, o lucro terá as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido do exercício, estipulado de acordo com o artigo 202 da lei das sociedades anônimas, para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.
- O saldo será destinado conforme deliberação da assembleia geral.

Para o exercício de 2018, a Administração da Sociedade propõe que o lucro do exercício, no montante de R\$ 197.482, seja destinado da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	197.482
(-) Constituição de reserva legal	(9.874)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro de exploração	<u>(36.019)</u>
 (=) Base total dos dividendos	 <u>151.589</u>
 Dividendo mínimo obrigatório (25%)	 <u>37.897</u>
 Dividendos antecipadamente distribuídos (1º semestre de 2018)	 63.323
Proposta para distribuição de dividendos	<u>88.266</u>
 Total - Base de dividendos	 <u>151.589</u>

Ainda no exercício de 2018, foi distribuído o montante de R\$ 132.199 (R\$ 0,46 por ação) referente a proposta de distribuição em 31 de dezembro de 2017.

c. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

No exercício de 2018, a Sociedade se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelos Laudos Constitutivos nº 0128/2012, expedidos pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

d. Lucro por ação básica e diluída

O cálculo do lucro básico e diluído por ação são idênticos uma vez que a Sociedade não possui nenhum efeito dilutivo, sendo apurado para 31 de dezembro de 2018 um lucro líquido de R\$ 0,70 por ação (R\$ 0,63 de lucro por ação em 31 de dezembro de 2017), que foi baseado no lucro líquido de R\$ 197.482 (lucro líquido de R\$ 177.459 em 31 de dezembro de 2017) e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (282.961.745 ações), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	197.482	177.459
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	282.961.745	282.961.745
 Lucro por ação - básico	 0,70	 0,63

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo para os quais devesse considerar no cálculo do lucro (prejuízo) por ação.

18 Receita operacional líquida

	GWh (*)		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica				
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	880	1.210	741.712	767.218
Energia elétrica de curto prazo	433	293	193.815	112.309
	<u>1.313</u>	<u>1.503</u>	<u>935.527</u>	<u>879.527</u>
Suprimento de energia elétrica				
Outras receitas e rendas			5	9
Outras receitas operacionais			5	9
Total da receita operacional bruta			<u>935.532</u>	<u>879.536</u>
Deduções da receita operacional				
PIS			(15.382)	(14.512)
COFINS			(70.864)	(66.845)
Programa de P&D e eficiência energética			(8.406)	(7.903)
Taxa de fiscalização			(875)	(874)
			<u>(95.527)</u>	<u>(90.134)</u>
Receita operacional líquida			<u>840.005</u>	<u>789.402</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

19 Custo com energia elétrica

	GWh (*)		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	315	298	(84.768)	(95.128)
(-) Crédito de PIS e COFINS	-	-	7.841	8.799
Subtotal	<u>315</u>	<u>298</u>	<u>(76.927)</u>	<u>(86.329)</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(11.377)	(10.999)
Encargos de conexão			(472)	(457)
(-) Crédito de PIS e COFINS			1.096	1.060
Subtotal			<u>(10.753)</u>	<u>(10.396)</u>
Total custo de energia elétrica			<u>(87.680)</u>	<u>(96.725)</u>

(*) Informações não examinadas pelo auditor independente.

20 Custos e despesas operacionais

	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	(12.113)	(13.125)	(45)	(13)	(6.358)	(5.130)	-	-	(18.516)	(18.268)
Material	(428.176)	(407.539)	-	-	(1.086)	-	-	11.388	(429.262)	(396.151)
Serviços de terceiros	(20.531)	(4.784)	-	-	(1.751)	(760)	-	-	(22.282)	(4.024)
Depreciação e amortização	(33.917)	(32.951)	-	-	(610)	(2.690)	-	-	(34.527)	(35.641)
Outros	(161)	(76)	(55)	(748)	(2.175)	(2.102)	(1.970)	(257)	(4.361)	(3.183)
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	-	-	(55)	(748)	-	-	-	-	(55)	(748)
<i>Aluguéis</i>	(63)	-	-	-	(24)	(103)	-	-	(87)	(103)
<i>Publicidade e propaganda</i>	(3)	-	-	-	(101)	(36)	-	-	(104)	(36)
<i>Legais, judiciais e indenizações</i>	-	-	-	-	(638)	(477)	-	-	(638)	(477)
<i>Perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes</i>	-	-	-	-	-	-	(1.970)	(257)	(1.970)	(257)
<i>Outros</i>	(95)	(76)	-	-	(1.412)	(1.486)	-	-	(1.507)	(1.562)
Total	(494.898)	(458.475)	(100)	(761)	(11.980)	(9.162)	(1.970)	11.131	(508.948)	(457.267)

21 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	4.258	6.102
Acréscimos e multas moratórias	838	145
Atualização de créditos fiscais	9.001	1.943
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(709)	(397)
Outros	1.252	344
Total	14.640	8.137
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(16.797)	(19.363)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.703)	(1.592)
Outros	(3.295)	(5.242)
Total	(21.795)	(26.197)
Resultado financeiro	(7.155)	(18.060)

22 Transações com partes relacionadas

A Sociedade tem como um dos acionistas a CPFL Geração de Energia S.A. e é indiretamente controlada em conjunto, na proporção de 53,34% (53,34% em 31 de dezembro de 2017) pela CPFL Energia S.A.

Os demais acionistas que representam 46,66% (46,66% em 31 de dezembro de 2017) são:

- (i) **EBRASIL Gás e Energia S.A.**
A EBRASIL Gás e Energia S.A. (“EGÁS”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em João Pessoa - Paraíba, constituída em 23 de Maio de 2014 com o objetivo de participar de outras sociedades.
- (ii) **Aruanã Energia S.A.**
A Sociedade tem por objeto a exploração de qualquer gênero de serviços, comércio e indústria, especialmente os seguintes: Geração, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica em caráter permanente, na modalidade de produção independente; o desenvolvimento de estudos e projetos para construção, operação e geração de unidades voltadas à produção de energia elétrica no território nacional e no exterior; consultoria e assessoria de negócios relativos ao setor de energia, importação e exportação de equipamentos industriais; locação de equipamentos de geração de energia elétrica e de outros equipamentos industriais; atuação individual e participação em parceria com o setor público ou privado na elaboração de estudos e projetos nas áreas de petróleo e gás de energia; exploração de campos petrolíferos e de gás natural, na plataforma continental e no mar; desenvolvimento das atividades de comercialização e distribuição de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, componentes de grupos geradores, peças e painéis elétricos, bem como a representação comercial dos mesmos produtos; prestação de serviços na operação e manutenção de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, painéis elétricos e outros equipamentos; fabricação e comercialização de bicicletas, triciclos não-motorizados, peças e acessórios; e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais. A Sociedade é controlada pela América Consulting Ltda., representada por Robert McKinnon, Karla McKinnon e Brian Brewer.

(iii) OZ&M Incorporação, Participação Ltda.

A sociedade tem como objeto as atividades de construção civil em geral; elaboração e execução de projetos e cálculos de engenharia, projetos e serviços de instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas; incorporação e comercialização de imóveis próprios; comércio, representações e locação de materiais e equipamentos ligados às suas atividades industriais; prestação de serviços técnicos e locação de mão-de-obra especializada. A Sociedade é controlada por Marcos Vital Naves de Alcântara e Bruno Santos Oliveira.

Foram consideradas como partes relacionadas as transações com acionistas e Sociedades do Grupo CPFL Energia, e em 2018 não houve transações com os demais acionistas citados acima. Os saldos e as transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no Quadro 23.1.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Saldo bancário e aplicação financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras perante o Banco do Brasil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.
- **Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Sociedade.
- **Prestação de serviços** - Refere-se a serviços de apoio administrativo, tecnologia de informação e recursos humanos.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2018, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 05 (R1), foi de R\$ 2.958 (R\$ 2.939 em 2017). Este valor é composto por R\$ 2.779 (R\$ 2.779 em 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 179 (160 em 2017) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

22.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa

Empresas	Despesas	
	31/12/2018	31/12/2017
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	(3.772)	(3.431)
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda.	(750)	(678)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A	(87.880)	-
Canarana Transmissoras de Energia S.A	(9.329)	-
Catxerê Transmissora de Energia S.A.	(9.603)	(7.953)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(14.155)	(18.662)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A.	(11.592)	(10.133)
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	(14.325)	(9.639)
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(3.104)	(4.406)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	(33.925)	(28.277)
Linhas de Transmissão de Montes Claros S/A.	(5.088)	(3.841)
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	(7.682)	(7.003)
Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	(640)	(581)
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	(773)	(1.704)
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A	(28.044)	(21.292)

Empresas	Despesas	
	31/12/2018	31/12/2017
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	(18.950)	(18.032)
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	(5.898)	(5.402)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	(13.433)	(12.116)
Ribeira Preto Transmissora de Energia S.A	(4.780)	(4.257)
Serra de Mesa Transmissora de Energia S.A	(19.571)	(17.710)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	(5.245)	(4.502)

23 Seguros

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2018	31/12/2017
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	536.731	536.731
Automóveis	Cobertura compreensiva	290	290
	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	25.000	25.000
Responsabilidade civil Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	-	13.150
	Responsabilidade civil dos administradores e outros	50.000	158.000
Outros		<u>50.000</u>	<u>158.000</u>
Total		<u><u>612.021</u></u>	<u><u>733.171</u></u>

24 Instrumentos financeiros

A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo grupo são como segue:

	Mensuração 2017	Mensuração 2018	Nível (*)	31/12/2018		31/12/2017	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	(1)	Nível 1	18.269	18.269	74.741	74.741
Derivativos	(a)	(1)	Nível 2	<u>96</u>	<u>96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u><u>18.365</u></u>	<u><u>18.365</u></u>	<u><u>74.741</u></u>	<u><u>74.741</u></u>
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(b)	(2)	Nível 2 (**)	<u>186.437</u>	<u>186.370</u>	<u>220.672</u>	<u>205.221</u>
				<u><u>186.437</u></u>	<u><u>186.370</u></u>	<u><u>220.672</u></u>	<u><u>205.221</u></u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com CPC 40 (R1).

Categoria:

- (a) - Mensurado ao valor justo
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao valor justo
- (2) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- **Ativos financeiros** :O caixa e os equivalentes de caixa são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo.
- **Passivos financeiros**:Fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado.

b. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Sociedade é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

- (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 seja mantido, e
- (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 6,40% a.a. - TJLP 6,72% a.a.):

Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 5.009 (receita de CDI de R\$ 1.495 e despesa de TJLP de R\$ 6.504). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro líquido seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	22.753		1.495	1.121	747
	22.753	baixa CDI	1.495	1.121	747
Instrumentos financeiros passivos	(92.523)		(6.504)	(4.878)	(3.252)
	(92.523)	alta TJLP	(6.504)	(4.878)	(3.252)
Total	(69.770)		(5.009)	(3.757)	(2.505)

Efeitos no resultado abrangente acumulado

Efeitos no resultado do período

- (a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
 (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

c. **Análise de liquidez**

A Sociedade gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Sociedade deva liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	12	35.143	5.068	12.498	-	-	-	52.709
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	4.242	8.421	36.805	89.753	77.814	14.280	231.315
Outros	16	1.346	-	-	-	-	-	1.346
Consumidores e concessionárias		449	-	-	-	-	-	449
EPE / FNDCT / PROCEL		897	-	-	-	-	-	897
Total		40.731	13.489	49.303	89.753	77.814	14.280	285.370

25 **Gestão de riscos**

Os negócios da Sociedade compreendem a geração de energia elétrica. A Sociedade tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

- **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro (Nota Explicativa nº 3).
- **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

- **Risco de aceleração de dívidas:** A Sociedade possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

26 Compromissos assumidos

Os compromissos da Sociedade relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

Obrigações Contratuais em 31/12/2018	Duração	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	Até 2024	2.288	2.288	2.288	2.288	9.151
Encargos de Transmissão e Distribuição	Até 2024	<u>10.946</u>	<u>10.946</u>	<u>10.946</u>	<u>10.946</u>	<u>43.784</u>
Total		<u><u>13.234</u></u>	<u><u>13.234</u></u>	<u><u>13.234</u></u>	<u><u>13.234</u></u>	<u><u>52.936</u></u>
		*	*	*		

Ricardo Idê Kintschner
Diretor Financeiro

Renato Barros Pinheiro
Contador CRC PB-012257/O-5